

ATA Nº 105/DELI/2025

Curitiba, 22 de outubro de 2025.

Assunto: LICITAÇÃO.COHAPAR Nº 18/2025 - ID 1069979

PROTOCOLO: 22.981.615-2

OBJETO: Execução de 40 unidades habitacionais, destinadas às pessoas da terceira idade, compreendendo a elaboração de projetos, execução das unidades habitacionais, execução de infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes, em área localizada no município de MARINGÁ - PR.

DATA DE ABERTURA: 05/08/2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pelas empresas C. ALEXANDRE TONIN ENGENHARIA - ATS ENGENHARIA LTDA. e CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA.- CONSTRUTORA JAPURÁ LTDA., contra suas desclassificações no certame.

A sessão pública do dia 05/08/2025 transcorreu conforme registrado no *chat* do sistema licitações-e (mov. 180), sendo arrematada pela empresa PSN ENGENHARIA LTDA. À empresa selecionada foi concedido do prazo de 2h para apresentação da proposta e documentos de habilitação.

Em vista do não envio de proposta e documentos de habilitação pela empresa PSN ENGENHARIA LIMITADA, a sessão pública foi retomada em 06/08/2025 (mov. 189), sendo desclassificada a PSN, e aberto à C. ALEXANDRE TONIN ENGENHARIA - ATS Engenharia LTDA. o prazo de 2h para envio de proposta e documentos de habilitação, que foram apresentados tempestivamente (mov. 190-192).

Após a análise das áreas técnicas da COHAPAR, em 14/08/2025 (mov. 199) foi realizada diligência à empresa ATS com o fim saneamento da habilitação técnica.

A empresa respondeu às diligências (mov. 201-205), contudo, conforme Nota Técnica nº 17/2025-LC, da Equipe Técnica da Diretoria de Programas e Projetos da COHAPAR (mov. 209) a empresa não logrou êxito em sanar os vícios. Portanto, conforme Ata n.º 76/DELI/2025 (mov. 222), a empresa ATS foi inabilitada.

Em 02/09/2025 a sessão pública foi retomada (mov. 235), com a divulgação da Ata nº 76/DELI/2025. Ao final, a empresa CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA., foi convocada para apresentação de proposta e documentos de habilitação. No prazo estipulado a empresa apresentou os documentos solicitados (mov. 232, 238-266).

Após a análise da área técnica da COHAPAR, em 05/09/2025 (mov. 275) foi realizada diligência à empresa CLAUDINEI SOARES com o fim saneamento dos vícios dos documentos de habilitação.

A empresa respondeu às diligências (mov. 277-279), contudo, conforme Nota Técnica nº 18/2025-LC, da Equipe Técnica da Diretoria de Programas e Projetos da COHAPAR (mov. 282) a empresa não logrou êxito em sanar os vícios. Portanto, conforme Ata n.º 79/DELI/2025 (mov. 296), a empresa CLAUDINEI SOARES foi inabilitada.

Em 09/09/2025 a empresa ATS ENGENHARIA LTDA., apresentou razões de recurso da inabilitação (mov. 283-284), reiterada em 07/10/2025.

Página 1 de 12

ATA Nº 105/DELI/2025

Em 16/09/2025 a sessão pública foi retomada, com a divulgação da Ata n.º 79/DELI/2025. A empresa AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA. foi convocada para apresentação de proposta e documentos de habilitação no prazo de 2h (mov. 305). A documentação foi tempestivamente apresentada (mov. 306-351 e 358-364).

Por meio da Ata n.º 090/DELI/2025, a Comissão Especial de Contratação decidiu pela habilitação da empresa AMBONI (mov. 386).

Em 07/10/2025 (mov. 38) a ATS reiterou no chat do sistema (mov. 407), que apresentou as razões recursais do mov. 283-384, tendo sido informado o que segue:

C. ALEXANDRE TONIN ENG. Conforme item 9.1 do edital, a fase recursal inicia apenas depois de declarado o vencedor da licitação, o que ocorreu no dia 30/09/2025. O prazo para interposição de recurso encerra amanhã, dia 08/10/2025.

A empresa CLAUDINEI SOARES manifestou intenção de recorrer (mov. 396). As razões de recurso foram tempestivamente apresentadas (mov. 411-412).

Em 09/10/2025, as empresas licitantes foram comunicadas da interposição dos recursos, oportunidade em que foi aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões, ou seja, até 16/10/2025 (mov. 402).

Por fim, o prazo para apresentação de contrarrazões encerrou às 15h de 16/10/2025, com apresentação de contrarrazões pela AMBONI (movs. 404 e 405).

Registra-se que a presente licitação segue as disposições do RILC/2023 - 4ª versão, disponível no *site* da Cohapar.

Segue tabela com o resultado do certame:

LOTE ÚNICO						
	LICITANTE	ME/ EPP	PROPOSTA	NOVA PROPOSTA	NEGOCIAÇÃO	SITUAÇÃO
1	AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA	-	R\$ 9.000.000,00	R\$ 8.898.342,17	Infrutífera	HABILITADA
2	CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA	-	R\$ 9.010.000,00	Não se aplica		
3	ESQUADRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	-	R\$ 9.294.000,00	Não se aplica		
4	SFL SERVICOS E MANUTENCOES LTDA	-	R\$ 500.000.000,00	Não se aplica		
	PSN ENGENHARIA LIMITADA	ME	R\$ 6.544.236,23	Não se aplica	Infrutífera	DECLASSIFICADA
	ATS ENGENHARIA LTDA (C. ALEXANDRE TONIN ENGENHARIA)	ME	R\$ 8.999.000,00	Não se aplica	Infrutífera	INABILITADA
	CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA	-	R\$ 9.000.000,00	R\$ 8.800.000,00	Infrutífera	INABILITADA

2. TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item anterior, as razões recursais e contrarrazões foram apresentadas tempestivamente.

3. RECURSOS

3.1. A empresa ATS ENGENHARIA LTDA., sustenta:

ATA Nº 105/DELI/2025

- Que em relação à capacidade técnica de projeto de fundações restou provado que o projeto estrutural apresentado inclui fundação, sendo juntada Declaração do autor técnico.
- Que, por meio do recurso, como diligência complementar para exibição das pranchas e memoriais de fundações.
- Que o enquadramento técnico-normativo é usual licitar/atestar “estrutural e fundações” conjuntamente.
- Que a prova pretendida não altera a substância, apenas evidencia que o escopo já incluía fundações.
- Que embora o edital exija atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, acompanhado da respectiva CAT, a Lei 13.303/2016 não disciplina acerca do formato da CAT. Que atestados em PJ idôneos é vício meramente formal, não de substância.
- Que caso remanesça dúvida meramente formal, requer diligências ao CREA/PR.
- Que seja reconhecida a validade e computados os atestados de profissional como emitidos por pessoa jurídica, oficiando ao CREA, se necessário.
- Que deve ser realizado o apensamento ao Autos do Questionamento 01 indicando o dispositivo editalício que embasaria recusa, sob pena de inovação.
- Que seja considerado o somatório e atestado COHAPAR-CT (em avançado estágio de execução).
- Que a capacidade técnica exigida é superior ao objeto licitado.
- Que seja aberta diligência para juntada/valoração da documentação complementar.

3.2. A CLAUDINEI SOARES/CONSTRUTORA JAPURÁ alega, em síntese, que:

- Que o RILC de 2023, permite a juntada de novos documentos, pelo que requer a juntada de novos documentos para comprovar o atendimento de exigência editalícia.
- Que os documentos apresentados para fins de comprovação de capacidade técnica atendem o edital.
- Que a inabilitação decorre de interpretação excessivamente formal, em contrariedade com a legislação e as Cortes de Contas, que homenageiam a formalismo moderado.

3.3. Em contrarrazões a AMBONI sustenta que os Recorrentes deveriam atender as exigências editalícias na ata da abertura, que cabe à Administração observar o cumprimento das condições editalícias.

4. DO MÉRITO

4.1. Da legislação aplicável

De início, destaque-se que a Lei n.º 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativo no âmbito da Administração Pública direta, autarquias e fundações da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, não se aplica à COHAPAR. O §1º do art. 1º da Lei n.º 14.133/2021 afasta a aplicação da referida lei às Estatais, por serem regidas por lei própria.

ATA Nº 105/DELI/2025

As empresas públicas e sociedades de economia mista (na qual a COHAPAR se enquadra) regem-se pela Lei n.º 13.303/2016. O art. 40 da citada lei previu a edição de regulamento interno, sendo que Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR – RILC 4ª versão, aplicável a LC 18/2025, está disponível no site da COHAPAR.

4.2. Das Diligências

Quanto à realização de diligências, combatida nas contrarrazões da AMBONI, o RILC atribui ao agente de contratação:

Art. 75. *As licitações serão processadas e julgadas por agente de contratação ou comissão de contratação.*

(...)

§2º É facultado ao agente de contratação e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

§3º É facultado ao agente de contratação ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo. (grifos nossos)

(...)

Art. 111. *Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Parágrafo único: Não será admitido o saneamento quando o licitante não apresentou a integralidade dos documentos ou deixou de indicar a marca, quando necessário, dentre outras e que configurem abuso do direito.

No mesmo sentido, o item 1.5. das Condições Gerais do edital prescreve:

1.5. *Caso haja necessidade, a Comissão Especial de Contratação, conforme faculta o RILC/2023, poderá, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo e/ou sanar erros e/ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos de habilitação e sua validade jurídica*

Oportuno ressaltar, além do RILC e do edital do certame, as diligências respaldam-se nas reiteradas decisões do Tribunal de Contas da União sobre o tema, em especial o Acórdão nº

ATA Nº 105/DELI/2025

1211/2021¹, Plenário, que é o parâmetro adotado por órgãos e entidades da administração pública, pois delimita a controvérsia envolvendo a juntada de novo documento para saneamento de defeitos.

Apesar do Tribunal de Contas da União não ser o órgão competente para fiscalização da COHAPAR, é notório que suas decisões norteiam a administração pública, independentemente de vinculação de ente federado.

Ademais, a COHAPAR orienta-se pelo princípio do formalismo moderado, realizando diligências para sanar os vícios. No caso em tela, os atestados de capacidade técnica. Entretanto, apesar da oportunidade concedida, as Recorrentes não sanaram o vício.

4.3. Do julgamento objetivo

Importante alertar, na condução de procedimentos licitatórios as estatais devem observar o disposto no art. 31 da Lei n.º 13.303/2016, que estabelece:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. (grifos nossos)

O julgamento objetivo submete o administrador à observância dos critérios definidos no instrumento convocatório para avaliação dos documentos de habilitação e das propostas.

Ademais, a qualquer interessado que discorde das condições editalícias, é facultado impugná-las no momento oportuno. Não cabe ao licitante, em grau de recurso, discutir as condições editalícias.

Por sua vez, o edital foi publicado no dia 06/05/2025, com data de abertura em 05/08/2025. Portanto, transcorreu quase três meses entre a publicação e a abertura da sessão, tempo suficiente para os interessados reunirem a documentação indicada no instrumento convocatório e prepararem suas propostas.

¹ SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET.

1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanar os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanar eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (TCU-Plenário 1211/2021 – Relator Walton Alencar Rodrigues, data da sessão 26/05/2021)

ATA Nº 105/DELI/2025

4.4. Da preclusão consumativa

Registre-se, na condução do certame não ocorreu inabilitação sumária das Recorrentes, pois os vícios identificados eram sanáveis. A COHAPAR concedeu a oportunidade de saneamento por meio de diligências. As recorrentes usaram da oportunidade das diligências para saneamento.

Com a apresentação dos documentos ocorreu a preclusão consumativa, ou seja, as Recorrentes já praticaram o ato de saneamento e não podem mais praticá-lo ou repeti-lo!

Assim, extinguiu o direito de praticarem novamente o ato, impedindo o acolhimento dos documentos apresentados. A fase de julgamento das propostas e documentos de habilitação foi concluída, a fase atual do procedimento licitatório é o recursal.

Ora, a administração pública não pode diligenciar até que os licitantes se enquadrem nas disposições do edital.

4.5. Da comprovação da capacidade técnica

Em relação aos atestados de capacidade técnica das Recorrentes, a manifestação da equipe de apoio consta na Nota Técnica inserida no mov. 409, a seguir reproduzida:

Assunto: RECURSOS ADMINISTRATIVOS – ANÁLISE TÉCNICA - CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP e ATS ENGENHARIA LTDA

Trata-se de nota técnica a respeito dos aspectos técnicos contidos nos Recursos Administrativos interpostos pela CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP e ATS ENGENHARIA LTDA. e as contrarrazões apresentadas pela AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA. As recorrentes se insurgiram contra suas inabilitações argumentando, em resumo, que cumpriram as exigências do edital quando da resposta às diligências, razão pela qual entendem que suas inabilitações devem ser revistas. A AMBONI CONSTRUÇÕES LTDA, por sua vez, apresentou suas contrarrazões no sentido de que é vedada a inclusão posterior de documentos e requer, por fim, a improcedência dos recursos.

Antes de adentrar ao mérito propriamente dito, importante registrar que o processo licitatório tem por finalidade, em apertada síntese, a busca da contratação mais vantajosa para a Administração Pública. Ademais, o procedimento não pode ser um fim em si mesmo, razão pela qual o formalismo deve ser moderado.

Nesse sentido, o procedimento padrão da Cohapar é justamente o de realizar diligências que possam corrigir eventuais falhas dos licitantes, permitindo, inclusive, o envio de documentos novos em sede de diligência, desde que comprovem fatos existentes à data da abertura do certame. Tal modus operandi segue o entendimento já consolidado do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão 1211/2021-PLENÁRIO do TCU:

GRUPO II – CLASSE VII – Plenário

TC 018.651/2020-8

Natureza(s): Representação

Órgão/Entidade: Diretoria de Abastecimento da Marinha

Representação legal: Graziela Marise Curado de Oliveira, OAB/DF 24.565

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO

Página 6 de 12

ATA Nº 105/DELI/2025

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET.

1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).
2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Ainda, o mesmo procedimento é aplicado a todos os licitantes, sem qualquer distinção, de modo que o procedimento da Cohapar é pautado pela isonomia na condução de seus trabalhos.

De mais a mais, persiste a imperiosa necessidade de compatibilização entre as formalidades inerentes ao processo e a fundamental demonstração da aptidão técnica mínima exigida pela Administração Pública. Nesse sentido, o edital do certame é extremamente claro quanto à forma de comprovação de aspectos relacionados à qualificação técnica: apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA acompanhado de sua respectiva CERTIDÃO DE ACERTO TÉCNICO (CAT) EMITIDA PELO CREA ou CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO (CAT-A) emitida pelo CAU. Ademais, referido atestado deve ser emitido por PESSOA JURÍDICA de Direito Público ou Privado.

Assim, formas outras de demonstração da experiência que não sigam as exigências do Edital não podem ser aceitas. Caso contrário, as normas do edital seriam alteradas durante o seu curso, o que não é permitido.

De mais a mais, eventuais interessados deveriam se insurgir no momento oportuno, ou seja, quando do período de publicidade do edital, oportunidade em que poderiam apresentar impugnações ao edital (o que não foi feito por qualquer dos insurgentes).

Realizada a breve introdução, passa-se à análise técnica dos argumentos lançados pelos Recorrentes.

01 - RECURSO INTERPOSTO PELA CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP

A CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP foi inabilitada pelas razões contidas na Ata nº 079/DELI/2025 - mov. 296, haja vista o descumprimento do subitem 4.2.1, a.3, do Anexo II do Edital.

4.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado em que conste o nome dos profissionais e responsáveis técnicos indicados na Declaração de Disponibilidade, juntamente com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A) emitida pelo CAU, o qual comprove a experiência dos profissionais para a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo da contratação conforme segue.

4.2.1. PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS:

(...)

a.3. Responsável Técnico – Projeto de fundações, indicado na Declaração de Disponibilidade: realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo;

ATA Nº 105/DELI/2025

Em suma, a CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP não encaminhou toda a documentação necessária à comprovação dos requisitos de qualificação técnica quando da sua convocação. Na sequência, foi realizada diligência (mov. 275), solicitando o envio de documentos aptos a comprovar as seguintes exigências:

"De: Departamento de Licitação

Para: CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA.

Ref.: LC 18/2025 - ID 1069979 – DILIGÊNCIA

Objeto: Execução de 40 unidades habitacionais, destinadas às pessoas da terceira idade, compreendendo a elaboração de projetos, execução das unidades habitacionais, execução de infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes, em área localizada no município de MARINGÁ/PR.

Prezados,

Bom dia!

Solicitamos, em caráter de URGÊNCIA e de DILIGÊNCIA, o atendimento ao solicitado pela Área Técnica: Não foi constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovem a experiência do profissional Douglas Pasian Santos de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação.

Prazo para atendimento: 1 (um) dia útil, ou seja, até o dia 08/09/2025."

Em resposta, a CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP encaminhou os documentos de mov. 278-279. Todavia, mesmo após a realização de diligência, a licitante não comprovou o cumprimento dos requisitos do edital. Registre-se, por oportuno, que a diligência foi realizada com amparo no Acórdão 1211/2021-PLENÁRIO do TCU, ou seja, permitindo a apresentação de documento novo, desde que apto a comprovar fato existente à data da abertura da licitação. Ainda assim, a licitante não se desincumbiu de seu ônus de comprovar o atendimento das exigências por meio de atestado acompanhado da respectiva CAT, nos termos do item 4.2 do Anexo II, do Edital, razão pela qual foi inabilitada.

Em sede recursal, no entanto, apresentou novo documento, um atestado complementar emitido pelo Município de Cianorte no dia 07 de outubro de 2025 (posterior à data da abertura do certame), todavia, tal documento não pode ser aproveitado, pois que encaminhado somente em fase recursal (não durante o momento da realização da diligência), além de não estar acompanhado de CAT, exigência expressa do edital.

Assim, nada obstante o longo arrazoado trazido pela CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP a respeito da Lei nº 14.133/21, não aplicável às Estatais, e de muitos dos princípios relacionados às contratações públicas, o fato é que foi permitido à licitante sanar seu erro de não encaminhar a documentação comprobatória dos requisitos de qualificação técnica, momento em que manteve seu equívoco.

De mais a mais, a mesma oportunidade de sanar falhas foi ofertada à ATS ENGENHARIA LTDA., conforme será demonstrado na sequência. Assim, a Cohapar realizou tratamento isonômico e pautado na jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União.

Diante disso, os argumentos lançados pela Recorrente não merecem guarida, razão pela qual a equipe técnica se manifesta pela manutenção da decisão de inabilitação da CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP em seus exatos termos.

02 - RECURSO INTERPOSTO PELA ATS ENGENHARIA LTDA.

ATA Nº 105/DELI/2025

A mesma lógica aplicada ao recurso interposto pela CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP deve ser aplicada ao recurso da ATS ENGENHARIA LTDA. Isso se deve justamente em razão do fato de que o mesmo procedimento foi aplicado para as duas recorrentes. Em outras palavras, os documentos encaminhados foram analisados; foi expedida diligência para correção das falhas; a licitante não corrigiu as falhas. A ATS ENGENHARIA LTDA. foi inabilitada em razão do descumprimento dos seguintes itens do edital - Ata nº 076/DELI/2025 - mov. 222:

- 4.2.1, a.3 do Anexo II do Edital;
- 4.2.2. a.1 e a.2 do Anexo II do Edital;
- 4.7.1 a1 do Anexo II do Edital.

Especificamente quanto à ATS ENGENHARIA LTDA., tem-se que foi realizada a diligência de mov. 199, nos seguintes termos:

De: Departamento de Licitação

Para: ATS ENGENHARIA LTDA

Ref.: LICITAÇÃO.COHAPAR 18/2025 - DILIGÊNCIA - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prezados,

O Departamento de Licitação da COHAPAR, em caráter de **URGÊNCIA e DILIGÊNCIA**, solicita o encaminhamento dos documentos abaixo, conforme apontado pela área técnica, nos termos do Despacho abaixo reproduzido:

"Durante a análise da proposta e dos requisitos de qualificação técnica foram observados os seguintes fatos:

1 - Não foi constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovem a experiência do profissional **Ramon Pires de realização de, no mínimo, 1.000,00 m² de Projeto de fundação para edificação em alvenaria ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo**, conforme requer o item 4.2.1., subitem a.3. do Anexo II do Edital de Licitação.

2 - Não foi constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovem a experiência do profissional **João Alberto Menon de execução de, no mínimo, 1.000,00 m² de edificações ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo**, conforme requer o item 4.2.2, subitem a.1 do Anexo II do Edital de Licitação.

Nota: A CAT apresentada tem como contratante pessoa física (José Luiz Holanda), o que não é aceito, nos termos do QUESTIONAMENTO 01.

3 - Não foi constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovem a experiência do profissional **João Alberto Menon de execução de, no mínimo, 1.000,00 m² de edificações ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo**, conforme requer o item 4.2.2, subitem a.2 do Anexo II do Edital de Licitação.

4 - Não foi constatado Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente com a sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome da **EMPRESA LICITANTE** relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, acompanhada da CAT/CATA do responsável técnico do objeto do atestado, que comprove experiência na **Execução de, no mínimo, 1.000,00 m² de edificações ou edificação no sistema/subsistema/processo construtivo**, conforme requer o item 4.7.1, subitem a.1 do Anexo II do Edital de Licitação.

Nota: Os atestados apresentados comprovam a execução de 92,40 m² e 592,61 m², perfazendo o total de 685,01 m².

5 - Ajustar o Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais ao contido no ANEXO I – D, pois o apresentado contém divergências no item 3 e na parte de declaração final."

Registramos que o envio de documento novo é permitido, nos termos do ACÓRDÃO 1211/2021 - PLÊNARIO do TCU, desde que existente à data da abertura, ou seja, 05/08/2025, conforme segue:

Sumário

ATA Nº 105/DELI/2025

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).** O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** (destaque nosso)

Registre-se ainda que a correção pretendida é possível, conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União. Confira-se:

"Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário)

Prazo para atendimento: 1 (um) dia útil, ou seja, até o dia **14/08/2025**.

A ATS ENGENHARIA LTDA. encaminhou os documentos de mov. 202-205. Ou seja, mesmo após a realização de diligência, também fundada no Acórdão acima transcrito do TCU, a Licitante não comprovou sua experiência, uma vez que não encaminhou atestado acompanhado de CAT, como exige o edital.

Notadamente quanto a comprovação de experiência do profissional JOÃO ALBERTO MENON, a licitante pretendeu demonstrar sua experiência por meio de atestado emitido por Pessoa Natural, o que não é admitido (item 4.2.2 do Anexo II do Edital), o que foi reforçado por meio do teor do QUESTIONAMENTO 01.

Diante disso, os argumentos lançados pela Recorrente não merecem guarida, razão pela qual a equipe técnica se manifesta pela manutenção da decisão de inabilitação da ATS ENGENHARIA LTDA. em seus exatos termos.

03 - CONCLUSÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Diante do exposto, tem-se que mesmo após a realização de diligência, as Recorrentes não corrigiram suas falhas, razão pela qual a equipe técnica se manifesta pela improcedência dos recursos administrativos interpostos pela CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA - EPP e ATS ENGENHARIA LTDA.

Assinado eletronicamente
Elizabeth R. G. Ogliari
DIPP

Assinado eletronicamente
Fabiola L. Brustolin
DVAV - DIPP

Assinado eletronicamente
Harisson G. Françaia
SUPG - DIPP

Por fim, quanto às alegações da ATS ENGENHARIA LTDA., de que deveria ser realizado o apensamento ao Autos do Questionamento 01 indicando o dispositivo editalício que embasaria a recusa, registra-se que tal questionamento, além de ter sido respondido ao

ATA Nº 105/DELI/2025

interessado, divulgado no site da Cohapar, sistema do Banco do Brasil e link indicado na capa do edital, foi inserido no mov. 168 do processo, em 16/06/2025, vide abaixo:

QUESTIONAMENTO Nº 01

LICITAÇÃO.COHAPAR Nº 18/2025

Objeto: Execução de **40 unidades habitacionais**, destinadas às pessoas da terceira idade, compreendendo a elaboração de projetos, execução das unidades habitacionais, execução de infraestrutura e equipamentos com todos os seus componentes, em área localizada no município de **MARINGÁ - PR**.

Informamos o cadastro de questionamento por empresa interessada em participar do certame. A pergunta e a resposta seguem abaixo:

PERGUNTA 01: Gostaria de tirar uma dúvida em relação aos atestados e acervos, eles necessariamente devem ser emitidos por contratantes pessoas jurídicas?

RESPOSTA: *Conforme o item 4.2 o Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido por pessoas jurídicas de direito publico ou privado.*

Curitiba, 16 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente

Elizabete Maria Bassetto

Agente de Contratação

Assinatura Simples realizada por: **Elizabete Maria Bassetto (XXX.714.279-XX)** em 16/06/2025 13:38 Local: COHAPAR/DELI. Inserido ao protocolo **22.981.615-2** por: **Nara Thie Yanagui** em: 16/06/2025 12:00. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **877c1070606a193aaf0c47e0fd93e6b4**.

Ainda, quanto à alegação da ATS ENGENHARIA LTDA de que a capacidade técnica exigida é superior ao objeto licitado, consoante indicado nos subitens 4.2.3 e 4.7.3 do Termo de Referência - ANEXO I do edital, as quantidades exigidas correspondem a aproximadamente 50% dos serviços a executar; ainda, a Recorrente acatou todas as exigências quando, tempestivamente, deixou de impugnar qualquer requisito de habilitação contido no instrumento convocatório.

Assim, a desclassificação das recorrentes observou estritamente as disposições da Lei n.º 13.303/2016, do RILC/2023, do instrumento convocatório e da jurisprudência das Cortes de Contas, em especial o TCU.

5. DECISÃO

ATA Nº 105/DELI/2025

Diante do exposto, decide a Comissão Especial de Contratação, pela unanimidade de seus membros, receber os recursos interpostos pelas empresas **C. ALEXANDRE TONIN ENGENHARIA/ATS ENGENHARIA LTDA.** e **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA./CONSTRUTORA JAPURÁ LTDA.**, por tempestivos, e, no mérito, julgá-los **IMPROCEDENTES**, pelas razões acima registradas, mantendo-se as decisões recorridas em seus termos.

Na forma do §2º do art. 125 do RILC², o processo será remetido à Autoridade Superior **para decisão quanto aos Recursos Administrativos**.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente Ata, que vai adiante assinada pelos membros da Comissão Especial de Contratação.

Assinado eletronicamente

Elizabete Maria Bassetto
Presidente da Comissão

Assinado eletronicamente

Ana Paula de Azevedo Martins
Membro

Assinado eletronicamente

Elizabeth Regina Gasparin Ogliari
Membro

Assinado eletronicamente

Fabiola Lorena Brustolin
Membro

Assinado eletronicamente

Harisson Guilherme Françóia
Membro

Assinado eletronicamente

Nara Thie Yanagui
Membro

Assinado eletronicamente

Sílvia Fátima Soares Kalil
Membro

² Art. 125 Dos atos da COHAPAR decorrentes da aplicação deste RILC, cabe:

I - recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Documento: **ATA105LC18.2025JULGAMENTORECURSOSATSeJAPURA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ana Paula de Azevedo Martins (XXX.535.109-XX)** em 22/10/2025 13:23 Local: COHAPAR/DELI, **Fabiola Lorena Brustolin (XXX.563.289-XX)** em 22/10/2025 13:27 Local: COHAPAR/DVAV, **Elizabeth Regina Gasparin Ogliari (XXX.342.609-XX)** em 22/10/2025 14:10 Local: COHAPAR/ASPP, **Silvia Fatima Soares (XXX.272.149-XX)** em 22/10/2025 15:29 Local: COHAPAR/DELI.

Assinatura Simples realizada por: **Elizabete Maria Bassetto (XXX.714.279-XX)** em 22/10/2025 13:16 Local: COHAPAR/DELI, **Harisson Guilherme Francoia (XXX.422.719-XX)** em 22/10/2025 13:22 Local: COHAPAR/UGP, **Nara Thie Yanagui (XXX.804.649-XX)** em 22/10/2025 13:27 Local: COHAPAR/DELI.

Inserido ao protocolo **22.981.615-2** por: **Elizabete Maria Bassetto** em: 22/10/2025 13:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
51a6c0f3a95fed14bd6f8c52adb0157c.